

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1560871 - RJ
(2019/0234321-5)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MAURÍCIO PEREIRA PRÉVE - SC015655
RENATA CARDOSO DURAN - RJ126682
RAFAEL DE AMORIM SIQUEIRA E OUTRO(S) -
RJ130888
SANDRA DE SOUSA PADILHA CEBOLA - RJ166289
CHRISTIANO DE JESUS LOURES DE PAIVA -
RJ165053
DOUGLAS DA SILVA DIAS - RJ166050
BEATRIZ LEUBA LOURENÇO - RJ136410
JOÃO BAPTISTA DA SILVA NETO - RJ183519
ALYSSON DE OLIVEIRA E SOUZA - RJ154908
FELIPE FERREIRA SIMÕES DOS SANTOS -
RJ132513
AGRAVADO : REAL MINAS FUNDO DE INVESTIMENTO
IMOBILIÁRIO - FII
ADVOGADOS : ARISTIDES MACHADO MATIAS - MG050788
ROBERTO PASSOS BOTELHO - MG054422
REGINA CARDOSO MACHADO - RJ034024
GIOVANNA MARTINS ABREU SANTOS -
MG173237
WILLIAM COLPANI SANTOS - MG162557

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PRECONIZADOS PELO ART. 932, III, NCPC. AGRADO INTERNO NÃO PROVIDO. DECISÃO MANTIDA. AGRADO NÃO PROVIDO.

1. O presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do novo Código de Processo Civil, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. Não se mostra viável o agravo em recurso especial que, apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art. 932, III, do NCPC, não impugna os fundamentos da respectiva

Superior Tribunal de Justiça

inadmissibilidade (incidência da Súmula nº 7 do STJ).

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro
Relator